

Os EUA e a crise na Venezuela

LUIZ ALBERTO MONIZ BANDEIRA *

Em 1989, apenas alguns dias após a ascensão de Carlos Andrés Pérez, da Acción Democrática, à presidência, o povo saiu às ruas para expressar repúdio ao pacote econômico, um duro plano de ajuste, nos moldes exigidos pelo FMI e que ele pretendeu aplicar. A violenta série de distúrbios e saques culminou com quase 300 mortos e o ambiente de descontentamento recresceu de tal modo que levou o tenente-coronel Hugo Chávez, comandando cerca de 300 efetivos, a tentar um golpe de Estado, em 3 de fevereiro de 1992. O golpe fracassou, mas Chávez tornou-se tão popular que se elegeu legal e legitimamente presidente da Venezuela, em 1998, à frente do Movimiento V República (MVR), com a promessa de promover “una revolución pacífica y democrática”.

Orientado princípio de que o povo integrado como nação constituía poder soberano podia romper revolucionariamente com o regime

jurídico, político ou socioeconômico que não se adequasse às suas aspirações ou que fosse obstáculo ao seu progresso, ele convocou um referendun para votar nova Constituição¹, aprovada por 71,21% dos eleitores, mudando as estruturas políticas e jurídicas e o nome do país para República Bolivariana de Venezuela. Essa Constituição rompeu o modelo democrático tradicional, dentro do qual durante 42 anos, dois partidos – Acción Democrática, de tendência socialdemocrata, e Copei (democrata-cristão) de centro-direita, repartiram o poder. E Chávez, cujo mandato de presidente da República foi ampliado para 6 anos e confirmado através de novas eleições realizadas em 2000, modificou não apenas as diretrizes econômicas como reorientou a política exterior da Venezuela, estreitando relações com Cuba, com a qual firmou um acordo para a venda de 53.000 barris diários de petróleo a preços de mercado,



* **LUIZ ALBERTO MONIZ BANDEIRA** é Doutor em Ciência Política, professor titular (aposentado) de História da Política Exterior do Brasil na Universidade de Brasília e autor de várias obras sobre as relações dos EUA com o Brasil e os demais países da América Latina, entre os quais O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil - 1961-1964 e De Marti a Fidel: a revolução cubana e a América Latina.

¹ Em novembro de 1998, ocorreu na Venezuela a eleição presidencial e legislativa regular exigida pela Constituição de 1961. Chávez ganhou a votação para a presidência, mas não a maioria legislativa. Em abril de 1999 realizou-se um referendun consultivo sobre a convocatória de uma Assembleia Constituinte. Em julho do mesmo ano ocorreu a eleição dos 131 constituintes, dos quais 125 receberam apoio de Chávez e apenas 6 configuraram a oposição. E em dezembro efetivou-se o referendun no qual a Constituição da chamada Quinta República denominada posteriormente, República Bolivariana de Venezuela, obteve 71,21% de aprovação.

bem como com o Iraque e a Líbia, vistos como inimigos dos EUA.

A Venezuela, com a tendência de Chávez para o nacionalismo de esquerda, configurou mais outro obstáculo às negociações para o estabelecimento da ALCA, e colocou os EUA, dos quais era principal fornecedor de petróleo, diante do problema de ter de respeitar a vontade popular, mantendo coerência com a política de promoção da democracia, empreendida nos anos 90, e evitar ao mesmo tempo que ela se convertesse na Cuba de pós-guerra fria e Hugo Chávez se transformasse em vítima, em um segundo Fidel Castro, dado o sentimento anti-norte-americano existente em toda a América Latina. Daí porque administração Clinton preferiu evitar custos políticos e econômicos, no âmbito nacional e regional, e tomou a atitude de *wait and see*, embora tratasse de efetivar o Plano Colômbia, de modo a prevenir não apenas que o exemplo da Venezuela contaminasse países como Bolívia, Equador e Colômbia, nos quais as políticas de liberalização econômica produziam a exclusão social e desestabilizavam o regime, mas também estorvar a integração do Mercosul com o Bloco Andino.

Apesar de que a Venezuela fosse, juntamente com o Equador, um dos dois únicos países da América do Sul a ter, na segunda metade dos anos 90, saldo positivo na sua balança comercial, devido às exportações de petróleo para os EUA, Chávez não teve condições de conter a crise econômica e social, agravada pela fuga de capitais, bem como pelas enchentes e desabamentos que ocorreram em fins de 1999 e causaram enormes prejuízos, avaliados entre US\$ 15 e US\$ 20 bilhões. A

situação na Venezuela deteriorou-se e em fins de 2001 tornou-se bastante instável, a indicar que um processo de desestabilização do governo estava em curso. E, dada a sobrevalorização da moeda venezuelana – o Bolívar, Hugo Chávez alternativa não teve, senão liberar o câmbio, no início de 2002, abandonando o sistema de bandas, a fim de estancar sangria nas reservas internacionais, que caíram de US\$ 16,1 bilhões de dólares em janeiro de 2001 para US\$ 12,2 bilhões, em dezembro, a maior queda em uma década, o que reduziu as reservas do Banco Central em 23,7%. Cerca de US\$ 700 milhões evadiram-se da Venezuela somente na primeira semana de fevereiro de 2002. A redução das reservas internacionais, acompanhada pela queda dos preços do petróleo, deixou-lhe pouco espaço de manobra. E, em meio de sua pior crise política, Hugo Chávez teve de fazer completa revisão no orçamento de US\$ 34,34 bilhões, com a redução de gastos em 7% e corte de dívidas do governo pela metade, um ajuste econômico tão forte que derrubou abruptamente o valor do bolívar (19% em relação ao dólar), e transformou o centro de Caracas em um cenário similar ao de Buenos Aires², onde as manifestações de massa (cazerolazos) derrubaram o governo da dupla Fernando de la Rúa-Domingos Cavallo (19/21.12. 2001).

Pouco tempo depois, o secretário de Estado norte-americano, Colin Powell, referiu-se, perante o Comitê de Relações Exteriores do Senado norte-americano, aos “difficult problems” na Argentina, Colômbia, Venezuela e em outras partes da América Latina³, e disse que as ações do presidente Hugo Chávez preocupavam a Administração Bush,

² La Nacion, Buenos Aires, 14.02.2002, p. 2.

³ Secretary Colin L. Powell – Statement on President Bush’s Budget Request for FY 2003

Senate Foreign Relations Committee - Washington, DC February 5, 2002

devido aos seus comentários sobre a campanha contra o terrorismo, bem como ao fato de não tê-la apoiado tanto como poderia haver feito e escolher para visitar alguns dos “lugares mais estranhos” (Iraque e Cuba), qualificados como “estados párias” pelos EUA⁴. Esse pronunciamento provocou diversas reações do Governo Chávez, que acusou Washington de atentar contra a soberania venezuelana. Mas, quase ao mesmo tempo, o diretor da CIA, George J. Tenet, deu ao *Select Committee on Intelligence* do Senado norte-americano um depoimento semelhante, ao reconhecer que a situação na América Latina estava “becoming increasingly volatile as the potential for instability there grows” e que a região fora açoitada por cinco crises econômicas, em menos de um ano, e que ainda mais agravava sob o impacto dos atentados de 11 setembro⁵. Dentro desse contexto, ele se mostrou particularmente preocupado com a Venezuela, o terceiro maior fornecedor de petróleo dos EUA, salientando que o descontentamento com o presidente Chavez e a “Revolución Bolivariana” “is growing, economic conditions have deteriorated with the fall in oil prices, and the crisis atmosphere is likely to worsen”⁶.

A Administração Bush tinha profundas razões para preocupar-se com a América

Latina, apesar de que suas atenções estivessem voltadas, sobretudo, para a guerra no Afeganistão e a crise no Oriente Médio, onde o conflito entre Israel e os palestinos recrudescia. Collin Powell, quando falou perante o Senado norte-americano, observou que os EUA estavam a vender mais para a América Latina e o Caribe do que para a União Europeia e que seu comércio era maior dentro do NAFTA do que com a União Europeia e o Japão somados⁷. “We sell more to Mercosur than to China” – disse Collin Powell, ao ressaltar que a América Latina e o Caribe eram o “fastest growing export market” dos EUA, razão pela qual, claramente, o presidente Bush estava certo em concentrar sua atenção sobre esse hemisfério e nos esforços para criar a ALCA⁸. Tudo isto indicava, segundo Powell, que a Administração Bush se movimentava na direção certa, “in our own hemisphere”, não obstante os “difficult problems” na Argentina, Colômbia, Venezuela e em outras partes da América Latina⁹. “We need to keep democracy and market economics on the march in Latin America, and we need to do everything we can to help our friends dispel some of the dark clouds that are there” – Collin Powell acrescentou¹⁰.

Colin Powell e George J. Tenet não estavam a especular. Sabiam realmente

⁴ El Universal - Caracas, miércoles 06 de febrero, 2002. Essas referências ao presidente Hugo Chávez não constam dos textos do testemunho de Collin Powell, liberados pelo Departamento de Estado.

⁵ George J. Tenet – Worldwide Threat - Converging Dangers in a Post 9/11 World Testimony of Director of Central Intelligence before The Senate Select Committee on Intelligence. 06.2.2002

⁶ Ibid. Também se referiu à Argentina, onde, segundo percebia, o presidente Duhalde tentava preliminarmente manter a ordem pública, para promover a recuperação econômica, mas seu apoio era pequeno, e acentuou que a situação na

Colômbia permanecia “highly volatile”, o processo de paz enfrentava muitos obstáculos e a violência aumentava, sobretudo pelas FARC, que representava uma “serious threat” aos interesses dos EUA na América Latina

⁷ Statement on President Bush’s Budget Request for FY 2003 Secretary Colin L. Powell – House International Relations Committee Washington, DC February 6, 2002 As delivered.

⁸ Ibid.

⁹ Secretary Colin L. Powell - Statement on President Bush’s Budget Request for FY 2003 Senate Foreign Relations Committee. Washington, DC, February 5, 2002. As prepared.

¹⁰ Ibid.

dos preparativos para depor o presidente Hugo Chávez, pois altos funcionários da Administração Bush já se haviam encontrado, diversas vezes, com os dirigentes da coalizão que articulava o golpe de estado na Venezuela¹¹. E suas declarações sinalizaram essa direção, tanto assim que a agitação recresceu em Caracas e, logo dois dias depois, em 7 de fevereiro, o coronel da Aviação, Pedro Vicente Soto Fuentes, e o capitão da Guarda Nacional, Pedro Flores Rivero, apoiados por outros militares, rebelaram-se, exigindo a renúncia de Hugo Chávez, que Donna Hrinak, então embaixadora dos EUA em Caracas, logo acusou de ter “simpatia” pela guerrilha colombiana¹² [12]. E, conquanto Chávez conseguisse debelar a rebelião, o presidente George W. Bush decidiu formalizar seu isolamento, dentro do sistema interamericano e regional, ao pedir que a Venezuela não fosse convocada para a reunião dos países andinos, a realizar-se em 23 de março de 2002, no Peru. Bush demonstrou assim que os EUA não mais estavam mais dispostos a aceitar a inflexão da Venezuela para uma espécie de nacionalismo de esquerda. Como o próprio historiador Kenneth Maxwell, membro do *Council of Foreign*

Relations, dos EUA, depois de 11 de setembro a atitude americana endureceu, e ninguém em Washington ficaria “muito infeliz” se Chávez deixasse o governo¹³, não apenas, decerto, porque ele se aproximara de Fidel Castro e dos chefes de governo do Iraque, Saddam Hussein, e da Líbia, Muammar Kadafi, mas também porque a Venezuela, dentro do Bloco Andino, passara a constituir o contraponto do Brasil, na resistência à implantação da ALCA e se opunha à intervenção multilateral na Colômbia¹⁴. E a atmosfera para o golpe de estado conformou-se, quando a Central dos Trabalhadores Venezuelanos (CTV), controlada pelos partidários de Carlos Andrés Pérez, convocou, em 6 de abril, uma greve geral de 24 horas, por motivos salariais, contando com o respaldo da poderosa organização patronal – (Federación de Cámaras (Fedecámaras) – e outros setores civis.

Essa crise recrudescer com a destituição de sete altos executivos da companhia Petróleos de Venezuela SA (PDVSA), em virtude do conflito em que estavam com a direção por Chávez nomeada. E em 10 de abril, com o objetivo declarado de compelir Chávez a sair do governo, os

¹¹ “Bush Officials Met With Venezuelans Who Ousted Leader”, in *The New York Times*, NY, 16.04.2002. DeYoung, Karen – “U.S. Details Talks With Opposition”, in *The Washington Post*, Wash., 17.04.2002. “Administration sources have confirmed to Newsweek that in late February, dissident Venezuelan military officers informed U.S. Embassy officials in Caracas about plans for a coup against Chavez. The officers sought guidance on the U.S. government’s position. They were told that “this was something that was not acceptable, that a coup was not the way to go”, says one U.S. official. In any case, the Bush administration was certainly not sorry to think Chavez was gone”. Gunson, Phil & Contreras, Joseph – “Chaos in Caracas”, *Newsweek*, 16.04.2002

¹² Em meados de fevereiro de 2002, a embaixadora dos EUA em Caracas, Donna Hrinak em entrevista à televisão Televen que aos

Estados Unidos “preocupa” que “hay cierta simpatía” do governo venezuelano para com os guerrilheiros colombianos, que ela chamou de terroristas, recordando que Chávez não os considerava como tal.

¹³ Maxwell, Kenneth – “A América Latina joga a toalha”, in *Folha de São Paulo*, 08-4-2002. Artigo especialmente escrito para a *Folha de São Paulo*.

¹⁴ “Chavez’s departure removes a leader whom the United States had long viewed as a potential threat to its interests in the Andes, now dominated by the war in neighboring Colombia. Marxist guerrillas there have intensified their campaign against the U.S.-backed Colombian government, and Chavez has refused a number of U.S. requests for help on the issue”. Wilson, Scott – “Leader of Venezuela Is Forced To Resign”, *The Washington Post*, Wash., 13.04.2002.

dirigentes da CTV e da organização patronal *Federación de Cámaras* (Fedecámaras) declararam que a greve geral seria indefinida e, no dia seguinte, instaram a multidão a marchar para o Palácio Miraflores, com o objetivo de exigir sua renúncia. E na sequência dessa demonstração de protesto e atos de violência, em que as tropas da Guarda Nacional intervieram e pelo menos 15 pessoas morreram e cerca de 110 resultaram feridas, por balas que partiram, segundo algumas versões, de agentes provocadores, franco-atiradores colocados em janelas de alguns edifícios de Caracas¹⁵, o golpe de estado foi perpetrado. De 11 para 12 de abril, após esses acontecimentos, três generais prenderam Chávez, levaram-no para o Forte Tiuna, escoltado pelo antigo ministro da Defesa, José Vicente Rangel, e pelo chefe da segurança do Palácio Miraflores, Manuel Rosendo, e o general Lucas Rincón Romero, chefe do Estado

Maior do Exército da Venezuela, anunciou que ele renunciara à presidência da República. Pedro Carmona Estanca, presidente da Fedecámaras, assumiu então o governo da Venezuela, contando com o apoio dos meios de comunicação, TVs, rádios e jornais.

Os EUA, obviamente, encorajaram esse golpe de estado, através da CIA e outras agências, que orquestraram as operações encobertas (covert actions), tal como fizeram no Brasil, em 1962/1964 e no Chile, em 1971/73¹⁶. Desde junho de 2001, pelo menos, o coronel Ronald MacCammon, adido militar dos EUA na Venezuela, e seu assistente, tenente-coronel James Rogers, já estavam a examinar com os militares venezuelanos a possibilidade de derrubar Chávez, segundo Wayne Madsen, o antigo agente do serviço de inteligência da marinha norte-americana, revelou ao jornal inglês *The Guardian*¹⁷. E, na medida em que a

¹⁵ A Guarda Nacional e outros funcionários armados, que protegiam o edifício do governo, no dia 11 atacaram e foram atacados quando a manifestação, que se dirigia para os escritórios centrais da companhia Petróleos de Venezuela (PDVSA), mudou de rumo e se precipitou contra o Palácio Miraflores. Do alto de três edifícios, franco-atiradores (constou que eram pertencentes organização *Bandera Roja*, inimiga do chavismo) dispararam contra a cabeça e o coração de partidários de Chávez. Segundo o ministro da Defesa, José Vicente Rangel, cerca de 90% dos mortos eram partidários de Chávez. A versão da oposição é diametralmente oposta: os Círculos Bolivarianos e os setores mais radicais do próprio governo colocaram os atiradores de precisão nos edifícios para dispersar a uma rebelião civil.

Aznárez, Juan Jesús – “¿Quién disparó en Miraflores?”, in *El País*, Madrid 20.04.2002

¹⁶ “Venezuelan President Hugo Chavez is Restored” – Analysis by Alex Volberding and Larry Birns, COHA research group. O Council on Hemispheric Affairs (COHA) foi fundado em 1975, como organização de pesquisa e informação, independente, não-lucrativa, não partidária e isenta de impostos, sendo considerada no Senado norte americano como

“one of the nation's most respected bodies of scholars and policymakers”. Nessa análise, divulgada através da Internet, em 15 de abril de 2002, os pesquisadores Alex Volberding e Larry Birns, do Conselho para Assuntos Hemisféricos (COHA), vão além. Eles afirmam que a Agência Central de Inteligência dos EUA (CIA) poderia estar por trás dos acontecimentos que motivaram a destituição de Chávez. Os membros da organização independente com sede em Washington afirmam que as declarações de funcionários dos EUA fortalecem a suspeita.

¹⁷ Wayne Madsen, antigo agente do serviço de inteligência da marinha norte-americana, revelou ao jornal inglês *The Guardian* que, desde junho de 2001, os EUA estavam a considerar a possibilidade de derrubar Chávez, e seus navios, estacionados no Caribe, entre 11 e 12 de abril, não apenas intervieram nas comunicações das embaixadas de Cuba, Líbia, Irã e Iraque, como permaneceram em estado de alerta, com o objetivo de evacuar os cidadãos americanos, se necessário. Campbell, Duncan – “American navy 'helped Venezuelan coup’”, *The Guardian*, Londres, 29.04.2002. O presidente Hugo Chávez revelou a uma comitiva de deputados brasileiros, chefiada pelo deputado Aldo Rebelo

situação econômica e a segurança da Venezuela deterioraram-se, sobretudo a partir dos fins de 2001, o governo de George W. Bush tratou de aproveitar o crescente caos na Venezuela para unir as forças da oposição e as prover com planejamento e recursos de inteligência de modo a converter a greve dos trabalhadores na indústria de petróleo em movimento para derrubar Chávez da presidência, ainda que isto significasse uma ruptura da legalidade constitucional e do regime democrático. Naquele ano, 2001, os EUA canalizaram centenas de milhares de dólares para os grupos americanos e venezuelanos adversos ao presidente Hugo Chávez, inclusive a CTV, através da *National Endowment for Democracy*, agência criada pelo Congresso, que quadruplicou incrementou as doações, elevando seu orçamento para a Venezuela e mais de US\$877.000¹⁸, assim que as condições em Carcaças se agravaram. E os agentes da CIA e da DIA¹⁹ atuaram junto aos militares venezuelanos, aos dirigentes da Fedecámaras e aos líderes sindicais, com o objetivo de coordenar a conversão do que seria uma pequena greve em uma demonstração de protesto e indignação contra nomes designados por Chávez para integrar o corpo de diretores da companhia estatal de petróleo (PDVSA),

com o claro objetivo de criar uma atmosfera de incerteza na Venezuela, ao paralisar sua mais importante indústria, responsável por cerca de 80% das exportações do país e por quase 15% das importações de petróleo dos EUA, percentual esse maior do que o da Arábia Saudita. De fato, o papel da Venezuela, com as maiores reservas de petróleo e gás fora do Oriente Médio, tornou-se crucial para a segurança de energia dos EUA, aos quais havia mais de um século era ininterruptamente fornecedora²⁰. Destarte, conforme Alex Volberding e Larry Birns, do Council on Hemispheric Affairs (COHA), se Henry Kissinger estava correto ao insistir em que qualquer ameaça externa aos depósitos de petróleo da Arábia Saudita constituiria um *casus belli* para os EUA, o mesmo poderia ser arguido com respeito à Venezuela²¹, que era o quinto maior exportador de petróleo do mundo e o terceiro maior fornecedor dos EUA, em cujo mercado sua indústria energética crescentemente se integrava²². Ao que tudo indica, porém, os EUA não apenas encorajaram e financiaram o golpe de estado contra Chávez. Militares americanos também participaram diretamente da sua execução. De acordo com diversas informações, na noite de 11 para 12 de

(PCdoB/SP), presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, que o governo venezuelano tem registros da presença de oficiais do exército americano no Forte Tiúna no dia do golpe. "Ele tem tudo anotado, a que horas os adidos militares americanos saíram dos quartéis e a que horas chegaram ao forte", disse o deputado Aldo Rebelo. "Chávez volta a acusar EUA", *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 01.05.2002.

¹⁸ Marquis, Christopher – "U.S. Bankrolling Is Under Scrutiny for Ties to Chávez Ouster", *The New York Times*, New York, 25.04.2002.

¹⁹ A DIA (Defense Intelligence Agency) é o serviço de inteligência do exército dos EUA.

²⁰ "Venezuela's Role Supporting U.S. Energy Security" – Seminar presented by The Johns

Hopkins University's Paul H. Nitze – School of Advanced International Studies (SAIS) – October 11, 2001, 8:30 a.m. - 1:30 p.m.

Petroleumworld - Caracas, Oct. 9 - <http://www.petroleumworld.com/story5494.htm>

²¹ "Venezuelan President Hugo Chavez is Restored" - Analysis by Alex Volberding and Larry Birns, COHA research group.

²² Reliable, Affordable, and Environmentally Sound Energy for America's Future - Report of the National Energy Policy Development Group – Chapter 8: Strengthening Global Alliances: Enhancing National Energy Security and International Relationships8-6 - Release date: May 17, 2001.

abril, o coronel Ronald MacCammon, adido militar dos EUA na Venezuela, e seu assistente, tenente-coronel James Rogers, permaneceram dentro da *Comandancia del Ejército*, no Fuerte Tiuna – principal unidade militar da capital – assessorando os generais que desobedeceram a Chávez e o destituíram da presidência da Venezuela²³.

O respaldo dos EUA ao golpe de estado logo se evidenciou. Charles Shapiro, que em 9 de março assumira o posto de embaixador dos EUA em Caracas²⁴, visitou imediatamente Pedro Carmona, reconhecendo implicitamente seu governo, enquanto o FMI, anunciava, no mesmo dia 12, que tinha recursos financeiros para a Venezuela, se necessário, procedimento diverso que adotara com respeito à Argentina. E o secretário de imprensa da Casa Branca, Ari Fleischer, disse à imprensa que os detalhes não eram muito claros, porém “we know that the action encouraged by the Chávez government provoked this crisis”, ao tentar suprimir uma demonstração pacífica²⁵. Assim, ao invés de condenar a destituição de um

presidente democraticamente eleito, ele tentou negar que em Caracas ocorrera um golpe militar, insistindo em responsabilizar Chávez pela sua própria queda²⁶. Ari Fleischer, no entanto, teve de reconhecer que altos funcionários do Governo Bush se encontraram com vários personagens da oposição a Chávez, mas, justificando tais conversações como “a normal part of what diplomats do”, afirmou que eles não estimularam a intentona²⁷. Uma fonte do Pentágono também confirmou que até o próprio chefe do Estado-Maior do Exército da Venezuela, general Lucas Romero Rincón, que se recusou a enviar tanques para proteger o Palácio Miraflores e anunciou a renúncia de Chávez, tivera, em 18 de dezembro, uma reunião com o adjunto do secretário de Defesa Assistente, Roger Pardo-Maurer, e ouviu que os EUA “unequivocally” não aceitariam “coups or unconstitutional actions”²⁸. Os altos funcionários norte-americanos, decerto, advertiram os líderes civis e militares da oposição a Chávez que os EUA “unequivocally” não aceitariam “coups or

²³ “Denúncia liga EUA a golpistas - Adido acusado de articulação anti-Chávez”, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19.04. 2002. “La crisis en Venezuela: revelación en Caracas – Implican a oficiales de EE.UU. En el golpe contra Chávez”, *La Nación*, Buenos Aires, 23.04.2002. Campbell, Duncan – “American navy 'helped Venezuelan coup’”, *The Guardian*, Londres, 29.04.2002

²⁴ Charles Shapiro apresentou formalmente suas credenciais a Chávez no dia 19 de março de 2002.

²⁵ Forero, Juan – “Venezuela's Chief Forced to Resign; Civilian Installed”, *The New York Times*, New York, 13.04.2002.

²⁶ “We explicitly told opposition leaders that the United States would not support a coup. Many of these conversations took place at repeated numbers of levels throughout the State Department and the NSC, as well in conversations that newly appointed Ambassador Charles Shapiro and former Ambassador Hrinak had with officials in Venezuela” – Embassy of the United States, Caracas, Venezuela – Public Affairs Office – Press Release - White House

Report: Venezuela (White House Press Secretary Ari Fleischer briefed midday), 16 April 2002. “El prolongado resentimiento que causó en algunos venezolanos el régimen cada vez más antidemocrático de Chávez movió a centenas de miles de manifestantes desarmados a reunirse en la capital venezolana el 11 de abril para llevar a cabo una protesta pacífica”. Embajada de los Estados Unidos, Caracas, Venezuela, Oficina Informativa y Cultural – Boletín de Prensa – “Respuesta de E.U.A. a crisis Venezuela fue apropiada, dicen altos funcionarios (Respuesta inicial se basó en la mejor información disponible). Por Lauren Monsen, Redactora del Servicio Noticioso desde Washington 19 de abril de 2002.

²⁷ DeYoung, Karen - “U.S. Details Talks With Opposition – Administration Insists It Did Not Encourage a Coup”, *The Washington Post*, Wash., 17.04.2002.

²⁸ *Ibid.*

unconstitutional actions”. Mas, por isto mesmo, recomendaram decerto a montagem da farsa, a encenação conforme um script similar ao que o ex-secretário de Estado na administração de Lyndon B. Johnson (1963-69) Dean Rusk produzira para disfarçar o golpe de estado no Brasil, em 1964²⁹, ao enfatizar a necessidade de que o movimento contra o então presidente João Goulart tivesse aparência de legitimidade, de modo que os EUA pudessem fornecer a ajuda militar aos sediciosos³⁰. Algo nesse mesmo estilo foi que ocorreu na Venezuela, a fim de permitir que a administração de George W. Bush pudesse recorrer à “plausible denial”, i.e., negar convincentemente a responsabilidade e a cumplicidade dos EUA com o golpe de estado, norma esta pela qual os governos norte-americanos pautaram muitas vezes suas políticas de intervenção em outros países da América Latina. Funcionários da Administração Bush comunicaram ao Congresso que Chávez renunciara à presidência da Venezuela e, ao invés de condenar a ruptura da ordem constitucional,

saudaram o acontecimento como vitória da democracia.

Os EUA estavam preparados para reconhecer o governo de Pedro Carmona. E a fim de facilitar essa iniciativa, dado que a Carta Democrática Interamericana condenava qualquer ruptura da legalidade, Phillip Chicola, funcionário do Departamento de Estado, pediu, no dia 12, que a transição conservasse as formas constitucionais, ou seja, que a Assembleia Nacional e a Corte Suprema aprovassem a renúncia de Chávez³¹ e novas eleições, com observadores da OEA, fossem convocadas para dentro de um prazo razoável³². Não obstante, os setores mais conservadores e radicais do Opus Dei, representados pelo contra-almirante Carlos Molina Tamayo e o multimilionário Isaac Pérez Recau³³, induziram Pedro Carmona a firmar um decreto, com que ele se reservou a faculdade de destituir governadores e prefeitos eleitos, derogou a Constituição aprovada em referendun, em dezembro de 2000, e dissolveu a Assembleia Nacional, prometendo convocar eleições

²⁹ “It is highly desirable, therefore, that if action is taken by the armed forces such action be preceded or accompanied by a clear demonstration of unconstitutional actions on the part of Goulart or his colleagues or that legitimacy be confirmed by acts of the Congress (if it is free to act) or by expressions of the key governors or by some other means which gives substantial claim to legitimacy”

Text of State Department telegram 1296 to American Embassy, Rio de Janeiro, dated March 30, 1964, 9:52 p.m. (Washington time), in Gordon, Lincon – Brazil’ second chance – En route toward the First World, Washington, Brook Institution Press, 2001 pp. 68-70.

³⁰ “Rusk continued by reading a long draft telegram to me, noteworthy for its emphasis on the need of legitimacy in any anti-Goulart movement to which we might provide military support”. Id., *ibid.*, p. 68.

³¹ Na mesma sexta-feira, 12 de abril, os advogados do Departamento de Estado,

estudando a constituição da Venezuela, notaram que a renúncia do presidente da República não era válida até que fosse aceita pela Assembleia Nacional, que tinha o poder de instalar um novo chefe de governo.

³² Dossier documental | Crisis En Venezuela - El Golpe Que No Tumbó A Chávez – <http://www.elpais.es/temas/dossieres/crisisvenezuela/posturaeeuu.html>

³³ O multimilionário Isaac Pérez Recao, de 32 anos, foi, ao que tudo indicou, a éminence grise que indicou a Pedro Carmona os nomes de todos os ministros, escolhidos entre gerentes Venoco e militantes do Opus Dei, com algum representante de negócios a ele associado. Pérez Recao era sobrinho de Juan Pablo Pérez Alfonso, um dos criadores da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e principal acionista da petroquímica Venoco, que perdeu vários contratos desde que Chávez assumiu o poder em 1999.

“libres y democráticas”, no prazo de um ano. Ao mesmo tempo, ele anulou as leis econômicas e sociais aprovadas legalmente pelo governo de Chávez e imediatamente ordenou a interrupção do fornecimento de petróleo a Cuba. Com esta medida, das primeiras adotadas nas poucas horas em que ocupou a presidência da Venezuela, Pedro Carmona atendeu ao interesse do secretário-assistente de Estado para os Assuntos do Hemisfério, Otto Juan Reich, cuja equipe fora constituída com extremistas cubano-americanos, residentes em Miami, como recompensa pelos votos dados a Bush na eleição presidencial de 2000³⁴. Obviamente, Otto J. Reich estava a advogar e a orquestrar “dirty tricks” para desestabilizar o governo na Venezuela, e era inconcebível que não estivesse implicado no complot, dado à intensidade do seu ódio a Fidel Castro, amigo e modelo de Chávez, bem como à sua inescrupulosa conduta quando dirigiu o *Office of Public Diplomacy for*

Latin America and the Caribbean (S/LPD), entre 1983 a 1986³⁵. Por isto, no mesmo dia 12 de abril, sexta-feira, Otto J. Reich, telefonou para Pedro Carmona manifestando-lhe, pronta e urgentemente, o interesse da Administração Bush em que fosse mantida a “the appearance of democratic continuity”³⁶. Em outras palavras, o golpe de estado devia preservar o invólucro constitucional, como homenagem que o vício prestava à virtude. Porém, informado da dissolução da Assembleia Nacional, da Suprema Corte, do Tribunal Eleitoral, entre outras medidas, Otto J. Reich instruiu o embaixador dos EUA em Caracas, Charles Shapiro, para que expressasse a Pedro Carmona sua preocupação com tais “unconstitutional actions”, que caracterizavam abertamente o golpe de estado³⁷ e, segundo *The New York Times*, telefonou-lhe e intercedeu para que ele não dissolvesse a Assembleia Nacional, argumentando que essa seria “a stupid

³⁴ Otto J. Reich, nomeado pelo presidente George W. Bush secretário-assistente de Estado para Assuntos do Hemisfério Ocidental, tornou-se assim o principal coordenador da política externa dos EUA para a América Latina. Exilado cubano, naturalizado americano, exerceu entre 1983 e 1986a função de diretor do Office of Public Diplomacy for Latin America and the Caribbean (S/LPD), órgão encarregado do programa secreto do governo Ronald Reagan de apoio aos Contras, na campanha para derrubar o regime sandinista da Nicarágua, havendo então cometido inúmeras irregularidades. Posteriormente, durante o governo de George Bush (pai), entre 1989 e 1994, Reich foi embaixador dos EUA na Venezuela, onde continuou a manter estreitos contatos. Lino Gutierrez, subsecretário-assistente de Estado para Assuntos do Hemisfério Ocidental, é outro cubano-americano. Foi embaixador dos EUA na Nicarágua. Também Emílio González, vice-diretor do Conselho de Segurança Nacional, é cubano-americano e a ele coube cuidar das questões do Caribe, entre as quais a de Cuba. Igualmente, o outro cubano-americano, José

Cardenas, foi encarregado de tratar dos assuntos da América Latina para a equipe do Partido Republicano na Comissão de Relações Exteriores do Senado, junto à qual já atuou como antigo membro da Fundação Nacional Cubano-Americana, cuja missão consistia em fazer pressões a favor da manutenção das sanções comerciais contra Cuba. Rogelio Pardo-Maurer, secretário-adjunto de Defesa e responsável pelos assuntos da América Latina no Pentágono, e representou o governo de Violeta Chamorro como embaixador da Nicarágua Washington, onde entre 1986 e 1989 chefiara a equipe dos Contra, o grupo que fazia guerrilhas contra o regime sandinista com recursos fornecidos secretamente pelo governo Ronald Reagan.

³⁵ “Venezuelan President Hugo Chavez is Restored” - Analysis by Alex Volberding and Larry Birns, COHA research group.

³⁶ Marquis, Christopher – “U.S. Cautioned Leader of Plot Against Chávez”, *The New York Times*, 17.04.2002

³⁷ DeYoung, Karen – “Bush Officials Defend Their Actions on Venezuela”, *The Washington Post*, 18.04.2002

thing to do” e provocar o clamor³⁸. O conselho de Otto J. Reich a Pedro Carmona, no mesmo dia em que os militares deram o golpe de estado demonstrou o “early and urgent” interesse da Administração Bush em vê-lo suceder a Chavez e “maintain the appearance of democratic continuity”³⁹.

Contudo, Pedro Carmona, imaginando que o apoio dos bairros ricos de Caracas e das classes médias altas significava respaldo popular, excedeu-se, encorajado possivelmente pelos elementos mais radicais da oposição e tirou a máscara da legalidade, com que os EUA pretenderam encapar o golpe de estado. Dissolveu a Assembleia Nacional, a Suprema Corte e o Tribunal Eleitoral. E esta sua iniciativa assustou o chefe das Forças Armadas, Efraín Vásquez, que havia apoiado a manifestação popular e ordenara a detenção de Chávez, e ele retirou o apoio dos quartéis. “Me salgo de la jugada” – disse a Luis Miquilena, ex-ministro do Interior e Justiça, reconhecendo que fora um erro deixar-se levar por uma pessoa que ia conduzir o país a um banho de sangue⁴⁰. A CTV, que não havia sido consultada a respeito de tais medidas, sentiu-se traída, pois, conforme declarou seu secretário-geral, Carlos Ortega, elas atentavam contra “el derecho y la libertad del movimiento obrero”. A aliança contra Chávez, entre a CTV e a Fedecámaras, dirigida por Pedro

Carmona, assim se esfacelou. E, enquanto as camadas mais pobres da população, favoráveis a Chávez, ocupavam as ruas de Caracas, saqueando as lojas, espalhando-se a agitação pelas cidades de Guarenas, Los Teques, Coro e Maracay, a brigada de paraquedistas, comandada pelo general Raúl Baudel, bem como outros regimentos se sublevaram contra a presidência de facto de Pedro Carmona, já desafiado por William Lara, líder da Assembleia Nacional da Venezuela, que anunciou, de dentro do palácio Miraflores, que o vice-presidente Diosdado Cabello assumiria até a volta Chávez ao governo.

Se não tinha condições internas de sustentar-se, apenas respaldado pelas classes médias e altas, o governo da coalizão empresarial-militar, emanado do golpe de 11/12 de abril, defrontou-se outrossim com enormes dificuldades externas para o seu reconhecimento. O Grupo de Rio, que realizava em Costa Rica a XVI Cimeira presidencial, condenou prontamente a ruptura da ordem constitucional na Venezuela e solicitou ao embaixador César Gaviria, secretário-geral da OEA a convocação urgente do Conselho Permanente, de acordo com o Art. 20 da Carta Democrática Interamericana⁴¹, aprovada na sessão plenária de 11 de setembro de 2001, incorporando a resolução AG/RES. 1080 (XXI-O/91)⁴². E seus embaixadores na OEA aprovaram uma

³⁸ Marquis, Christopher – “U.S. Cautioned Leader of Plot Against Chávez”, The New York Times, 17.04.2002

³⁹ Ibid.

⁴⁰ Aznárez, Juan Jesús – “Crisis en Venezuela: por qué fracasó el golpe”, El País, Madrid, 18.04.2002.

⁴¹ O Art. 20 da Carta Democrática Interamericana dispõe que, “caso num Estado membro ocorra uma alteração da ordem constitucional que afete gravemente sua ordem democrática, qualquer Estado membro ou o Secretário-Geral poderá solicitar a convocação imediata do Conselho

Permanente para realizar uma avaliação coletiva da situação e adotar as decisões que julgar conveniente”.

⁴² Consejo Permanente de la Organización de los Estados Americanos, Acta de la Sesión Extraordinaria celebrada el 21 de Enero de 2000. A OEA, mediante a resolução AG/RES. 1080 (XXI-O/91), estabeleceu um mecanismo para ajudar a restabelecer a democracia representativa onde ela sofresse uma interrupção. Essa resolução foi aprovada na quinta sessão plenária da OEA, ocorrida em 5 de junho de 1991.

resolução, em que condenaram “a alteração da ordem constitucional na Venezuela”. Somente em face da atitude de todos os demais estados da região, inclusive México e Canadá, de repudiar a quebra da ordem constitucional na Venezuela, a delegação dos EUA na OEA resignou-se a subscrever a moção que condenava ao golpe. Mas só o fez no sábado, 13 de abril, quando as manifestações de massa haviam compelido Carmona a renunciar e Chávez retornou ao poder⁴³. Destarte, os EUA, embora tenham avalizado golpe de estado na Venezuela, não tiveram condições de legitimá-lo. Não sem razão, a BBC informou que “President Chávez's comeback has... left Washington looking rather stupid”. De fato, o fiasco do golpe em Caracas fez a Administração Bush perder até mesmo a noção do ridículo. Com desprante e cinismo, Condolezza Rice, assessora de segurança de George W. Bush, advertiu que Chávez deveria respeitar os processos constitucionais e recebesse a mensagem que o povo lhe enviou, ou seja, que “that his own policies are not working for the Venezuelan people, that he has dealt with them in a high-handed fashion”⁴⁴. Em outras palavras, o que Condolezza Rice quis dizer foi que o golpe fracassado servisse a Chávez como advertência, porque suas políticas não agradavam aos EUA. Alguns dias depois, falando à imprensa, Bush, tergiversando sobre o comportamento do seu governo, que não condenou

prontamente o golpe na Venezuela, declarou também que Chávez devia aprender lições sobre democracia, com a tentativa de derrubá-lo do governo⁴⁵. O professor Riordan Roett, especialista em América Latina da Universidade Johns Hopkins, em Washington, comentou, porém, que os “os EUA não podem escolher quais democracias apoiam e quais não apoiam”. E acrescentou: “Ou se apoia a democracia, ou não se apoia”. Por sua vez, o jornalista Paul Krugman, jornalista de The New York Times, observou que o elemento mais negativo desse episódio foi a traição dos princípios democráticos norte-americanos, pois a conceituação “do povo, pelo povo, para o povo” não deveria ser acompanhada pelas palavras “enquanto for adequado aos interesses dos EUA”⁴⁶.

A política exterior dos EUA, vis-à-vis da América Latina, nunca foi, na realidade, consistente com os princípios democráticos norte-americanos, que sempre constituíram um elemento marginal, para efeito de retórica. O respaldo tácito ao golpe de estado na Venezuela demonstrou mais uma vez que Washington somente admitira e respeitara os regimes democráticos nos países da América Latina, enquanto funcionaram em favor dos seus interesses econômicos, políticos e estratégicos. Em 1963, a Embaixada do Brasil em Washington, sobre a chefia de Roberto Campos, salientou que, conquanto o Departamento de Estado

⁴³ Marquis, Christopher – “U.S. Cautioned Leader of Plot Against Chávez”, The New York Times, 17.04.2002

⁴⁴ Thompson, Ginger & Forero, Juan – “Ardent Populists Reinstate Leader to Run Venezuela”, The New York Times, New York, 15.04.2002.

⁴⁵ Bush disse que “very important for [Chavez] to embrace those institutions which are fundamental to democracy, including freedom of the press and freedom for -- the ability for the opposition to speak out. And if there's lessons to

be learned, it's important that he learn them”. DeYoung, Karen – “Chavez Must 'Embrace' Democracy, Bush Says”, The Washington Post - 19.04.2002.

⁴⁶ “Surely the worst thing about this episode is the betrayal of our democratic principles; "of the people, by the people, for the people" isn't supposed to be followed by the words “as long as it suits U.S. interests”.

Krugman, Paul – “Losing Latin America”, The New York Times, NY, 16.04.2002.

condenasse qualquer atentado à democracia representativa no hemisfério, o governo de John F. Kennedy não deixava de reconhecer e cultivar “relações amistosas com as piores ditaduras de direita”, pois “do ponto de vista dos setores militares de Washington tais governos são muito mais úteis aos interesses da segurança continental do que os regimes constitucionais”⁴⁷. Tais setores, os da extrema-direita, foram os que passaram a orientar a política internacional dos EUA, após a duvidosa eleição de George W. Bush, para a presidência, em 2000. E com toda a razão, ao comentar o êxito, na França, do líder da extrema direita, Jean-Marie le Pen, nas eleições de abril de 2002, o jornalista Paul Krugmen, de *The New York Times*, avaliou que realmente não tinha condições de tornar-se presidente e pôr na prática suas “hard-right ideas” porém, nos EUA, “the hard right has essentially been co-opted by the Republican Party — or maybe it's the other way around” – e estava em posição de colocar em prática essas ideias, porque “the angry people are already running the country”⁴⁸.

Essa “hard right”, com a ascensão de George W. Bush à presidência, passou a comandar uma potência, cuja força militar se tornara, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, a única no mundo a ter como principal missão, não a defensiva, mas a ofensiva, não a de guardar as fronteiras nacionais, mas a de projetar seu poder sobre todos os continentes⁴⁹. E, desde o colapso do

Bloco Socialista, cresceu em Washington, conforme o jornalista William Pfaff, no *International Herald Tribune*, assinalou, a ideia de que os EUA deveriam exercer seu “unrivaled power” como um império, a fim de trazer estabilidade internacional, resolver os problemas do terrorismo, das “rogue nations” (nações irresponsáveis e indisciplinadas), armas de destruição massa e assim por diante. Tais propostas para a instituição do império, segundo William Pfaff, não eram intelectualmente sérias, mas eram significativas, porque a classe política e a burocracia estavam apaixonadas pelo poder internacional na “they want more”⁵⁰. E daí a ameaça. Desde o século XVII, a lei internacional baseou-se nos princípios da soberania nacional e da igualdade legal das nações, porém, conforme o próprio William Pfaff reconheceu, “Washington ignores whenever convenient”⁵¹. Também o politólogo e historiador Kenneth Maxwell, do *Council of Foreign Relations*, revelou que as cabeças jovens e brilhantes da página de editoriais do *Wall Street Journal*, os ideólogos neoconservadores dos institutos de estudos de Washington e, o mais ameaçador, as lideranças civis do Pentágono passaram proclamar que era chegada a hora de “falar alto e sem peias na língua sobre o Império Americano”, de os EUA exercerem plenamente seu poderes imperiais, de aderir à missão imperial que lhes foi imposta e, se preciso, impor a “pax americana” pela

⁴⁷ “Política Externa Norte-americana - Análise de Alguns Aspectos”, Anexo 1 e único ao Ofício nº 516/900.1 (22), secreto, Embaixada em Washington ao Ministério das Relações Exteriores, Washington, 13.06.1963, AHMRE-B, 900.1(00), Política Internacional, de (10) a (98), 1951/66.

⁴⁸ Krugman, Paul - *The Angry People*, *The New York Times*, 23.04.2002.

⁴⁹ Em 2000, os EUA mantinham cerca de 100.000 soldados na Europa, contingente maior dos que os da Alemanha, França e Grã-Bretanha; cerca de 100.000 espalhados na região do Pacífico ocidental.

⁵⁰ Pfaff, William – “Empire isn't the American way – Addiction in Washington”, *International Herald Tribune*, 09.04.2002

⁵¹ *Ibid.*

força avassaladora das armas⁵². O favorecimento ao golpe de estado na Venezuela constituiu o desdobramento dessa estratégia, visando a subordinar toda a América do Sul aos interesses hegemônicos dos EUA e à conformação do Império Americano.

O governo do presidente George W. Bush, ao que tudo indica, não desistiu, decerto, de derrubar o presidente Hugo Chávez. Condições internas, na Venezuela, havia, pois, o governo de Chávez continuava a enfrentar severa oposição de certos setores sociais, que se opunham à Lei de Terras, por afetar os interesses dos latifundiários e especuladores com terrenos urbanos adversos, e à Lei de Hidrocarburos, mediante a qual a PdVSA não mais poderia absorver 80% de sua receita com as exportações de petróleo, a título de custos operativos, em detrimento das finanças do Estado. E não se pode descartar a hipótese de que a CIA estivesse novamente a tentar a desestabilização do seu governo, em dezembro de 2002, encorajando a greve geral, desencadeada pela PdVSA, e as manifestações de rua, que a Coordenadora Democrática, com o apoio da mídia, desencadeara, a fim de exigir a renúncia de Chávez e eleições antecipadas. Muito sintomática foi a atitude da Casa Branca diante de tais

acontecimentos, que ameaçavam levar o Estado venezuelano ao colapso e à beira de uma guerra civil. Em 13 de dezembro, o governo dos EUA, através do seu porta-voz Ari Fleischer, respaldou, publicamente, a oposição na Venezuela, ao exortar o presidente Chávez a convocar eleições antecipadas, como a única via de solucionar pacífica e politicamente a crise⁵³. Dois dias depois, porém, recuou, esclarecendo que o governo dos EUA não estava a propor a antecipação das eleições, mas a realização de um referendun sobre a popularidade de Chávez⁵⁴ [54], não previsto, igualmente, pela Constituição Bolivariana da Venezuela, de 1999⁵⁵. Essa mudança de atitude resultou, decerto, da decisão do Conselho Permanente da OEA, que resolveu, na reunião do mesmo dia 13 de dezembro, “respaldar plenamente a institucionalidade democrática e constitucional da República Bolivariana de Venezuela, cujo governo preside Hugo Chávez Frías, e rechaçar categoricamente qualquer intento de golpe de estado ou alteração da ordem constitucional”. Mas entremostrou as contradições domésticas em que a administração de George W. Bush se debatia, bloqueada pela resolução da OEA, e enfrentar, de um lado, as pressões dos que, como Otto Reich⁵⁶,

⁵² Maxwell, Kenneth – “A América Latina joga a toalha”, in Folha de S. Paulo, São Paulo, 08.04.2002. Esse artigo foi escrito especialmente para a Folha de São Paulo.

⁵³ “The United States is convinced that the only peaceful and politically viable path to moving out of the crisis is through the holding of early elections”. Dao, James. “Shifting Stance, U.S. Calls for Early Election in Venezuela”. The New York Times, 14.12.20

⁵⁴ Dao, James. “U.S. Clarifies Stand on Venezuelan Vote”. The New York Times, 17.12.2002

⁵⁵ O Artigo 230 da Constituição Bolivariana da Venezuela fixou em seis anos o mandato do

presidente da República, que só pode ser reeleito uma só vez, para um período adicional. O Artigo 72 estabeleceu que “todos los cargos y magistraturas de elección popular son revocables”, por meio de referendun popular. Este referendun talvez pudesse ser convocado, mas só em agosto de 2003, após transcorrer metade do mandato de Chávez. Caso ele perdesse, então deveria convocar eleições para dentro de 30 dias.

⁵⁶ Bush, não podendo manter Reich como Secretário de Estado Assistente, porque provavelmente sua nomeação não seria aprovada pelo Congresso, investiu-o no cargo de Enviado

insistiam na remoção de Chávez, e a temer, do outro, que a crise desbordasse em uma guerra civil na Venezuela, responsável por 14% do fornecimento de petróleo aos EUA, no momento em que se preparava a intervenção no Iraque.